

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: OS PRINCIPAIS FATORES DETERMINANTES PARA O AFASTAMENTO DA ATIVIDADE DOCENTE

CONDITIONS OF TEACHERS WORK IN PUBLIC EDUCATION NETWORK: THE MAIN FACTORS FOR REMOVAL OF TEACHING ACTIVITY

Carlos Antonio Ferreira da Silva Barros

carlosbdc@yahoo.com.br

Especialização em Docência em Biologia

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Adriana Gradela

agradela@hotmail.com

Doutora em Zootecnia (UNESP)

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

A formação acadêmica, as condições de trabalho, doenças desenvolvidas e o afastamento das atividades docentes têm exigido do professor atitudes diferentes de outros tempos, pois refletem o desrespeito dos sistemas de ensino para com a categoria, fortalecendo os sindicatos na luta pela aplicação da legislação vigente. Este artigo buscou, através da pesquisa bibliográfica, relacionar os principais descritores sobre as doenças e os fatores que contribuem para o afastamento das atividades docentes. Os resultados demonstraram que os estudos sobre o mal-estar docente, a qualidade de vida e o afastamento de suas funções são restritos e pouco realizados pelas políticas públicas, visto que não existe uma legislação específica ou disciplina sobre esta temática na formação acadêmica ou nos sistemas de ensino, que não dispõem de centros especializados para a prevenção e recursos terapêuticos. Assim, a responsabilidade pela formação e o tratamento de doenças é transferindo para o professor, levando-o ao afastamento de suas atividades cada vez mais precocemente. Conclui-se que estes fatos sinalizam para a necessidade de consolidação de políticas de valorização mais abrangentes para o professor que contemplem além do salário, também a formação inicial e continuada, visando o bem-estar docente.

Palavras-chave: Mal-estar. Impacto. Ausência Docente.

ABSTRACT

The academic training, working conditions, developed disease and the removal of teaching activities have required teacher, different attitudes of other times, they have reflect disrespect of educational systems to the category, strengthening trade unions in the struggle for the application the current legislation. This article sought through the literature relating the main descriptors of the disease and the factors that contribute to the removal of teaching activities. The results showed that the studies on teacher malaise, quality of life and the removal of their

functions are restricted and some carried out by public policy, since there is no specific legislation or discipline on this subject in academic or systems teaching, who do not have specialized centers for the prevention and treatment resources. Thus, the responsibility for training and treatment of diseases is transferring to the teacher, taking him to the removal of their activities increasingly early. In conclusion, these facts point to the need for consolidation of broader recovery policies for the teacher that address beyond salary, also the initial and continuing education, aimed at teaching welfare.

Keywords: Malaise. Impact. Teacher Absence.

INTRODUÇÃO

O trabalho é um direito fundamental na vida de homens e mulheres, razão que pode auxiliar na melhoria da saúde, da cultura e do bem-estar. Contudo, esta ferramenta de prosperidade também pode se transformar num fator prejudicial à saúde. O final do século XX foi marcado por várias pesquisas sobre o trabalho docente no Brasil, que alicerçaram as mudanças políticas, sociais e culturais para o movimento de transição democrática, onde os profissionais da educação empreenderam grandes esforços para construção de uma escola que também refletisse o modelo inovador, com políticas públicas que respeitassem a classe docente e que contemplassem as reais necessidades, inclusive reflexões que envolviam a promoção do bem-estar docente (FÁVERO; SEMERARO, 2002).

Os diversos problemas enfrentados pelos docentes resultam do que atualmente se conhece como “mal-estar docente”. Este termo, adotado inicialmente por Zaragoza (1999), representa a situação preocupante vivida pelo professor que demonstra estar desmotivado ou com problemas de saúde, prejudicando o bom desempenho do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que as exigências de eficácia na sua atividade e na vida pessoal cobram dele mais tempo e habilidade. Enfim, o conjunto de situações apresentadas exerce grande influência no trabalho docente e na qualidade de vida, originando questões complexas que podem contribuir para o afastamento do professor da sala de aula. Surge, então, a indagação: a quem compete cuidar da saúde do professor? O próprio, a rede de ensino ou ambos?

Desta forma, fica claro que a assistência à saúde dos docentes não deveria estar relacionada apenas aos exames admissionais e ao afastamento das atividades docentes por problemas de saúde, como compensação da falta de programas de prevenção e tratamento,

mas também que valorizasse as condições em que a docência é desempenhada. Tal cuidado vai ao encontro dos estudos na área de saúde pública, ao considerar a saúde e a doença como processos que extrapolam para muito além o campo médico e biológico, pois se vinculam também à história de vida da pessoa.

Foi realizado um levantamento das publicações bibliográficas catalogadas em diversos sites, como na biblioteca eletrônica SciELO, na APEOESP, no SINPRO-BA, na Edubase, entre outros, envolvendo os diversos aspectos da atividade docente, revelando as condições de trabalho dos professores da educação básica. Os critérios utilizados para a seleção dos artigos foram os seguintes: citação de possíveis doenças relacionadas ao trabalho docente; informações sobre qualidade de vida do docente; apresentação dos descritores selecionados e que relacionassem as condições de trabalho com o afastamento da sala de aula.

Diante destas considerações, objetivou-se verificar os principais problemas de saúde que comprometem o trabalho docente e resultam no afastamento da sala de aula, identificando-se as causas mais frequentes e as consequências para, então, se propor meios para minimizar os fatores de risco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas várias publicações analisadas, percebeu-se que, a partir da década de 90, foram publicados vários artigos sobre a atividade docente e o adoecimento dos professores, servindo de base para o fortalecimento dos sindicatos na luta por melhores condições de trabalho. Com a análise dos diversos artigos científicos pesquisados, pôde-se fazer uma análise das informações à luz da literatura disponível sobre o assunto de modo a permitir a verificação de convergências, divergências e possíveis lacunas no conhecimento acumulado a ser utilizado para compreender a relação entre trabalho, educação, professor, doenças, afastamento da prática docente e as políticas públicas que regem o ensino no Brasil.

A pesquisa sobre trabalho docente é um campo em construção, complexo e diverso, representado por situações políticas que agudizam o reclamo dos docentes por melhores condições de trabalho no contexto das reformas educacionais das últimas décadas e sua incidência nas mudanças relativas ao trabalho. Discutirem-se as políticas educacionais, no tocante à atividade docente, suscita alguns desafios difíceis de se enfrentar, principalmente com relação à defasagem das condições de trabalho, da saúde do professor, do afastamento

das funções docentes e da incapacidade de gestão administrativa de algumas redes de ensino face às metas traçadas e efetivamente alcançadas, as quais acabam gerando sobre-esforço dos docentes na realização de suas tarefas, prejudicando a sua qualidade de vida.

O trabalho docente tem sido acompanhado de uma crescente depreciação da atividade, em razão dos baixos investimentos nas ações de melhoria da educação, seja do ponto de vista do ambiente de trabalho, da remuneração, da jornada de trabalho ou, ainda, do reconhecimento social. O resultado disso tudo, invariavelmente, acentua efeitos perversos de desgaste físico e psicológico, absenteísmo e presenteísmo escolar e, até mesmo, abandono da profissão, em consequência da carga de trabalho excessiva dos professores (BARONA, 1991; CARLOTTO; GOBBI, 1999; BENEVIDES-PEREIRA, 2002). De acordo com FACCHINI, (1994), a carga de trabalho engloba os fatores nocivos que podem provocar estresse ou tensão emocional como monotonia, repetitividade, pressões e responsabilidades, além de fatores de riscos físicos, químicos e biológicos.

O professor submetido à sobrecarga de trabalho teria a sua saúde fragilizada e estaria mais susceptível ao adoecimento, por falta de uma legislação educacional que o orientasse já em sua formação inicial sobre a importância da conduta vocal, dos fatores psicológicos e da conduta física, pois atualmente a matriz curricular acadêmica pouco contempla a promoção da saúde docente. Porém, de que maneira um estudo sobre as condições de trabalho e de saúde na atividade docente pode contribuir para a comunidade científica dedicada ao estudo das relações entre saúde e qualidade de vida? Em quais aspectos o adoecimento repercute na qualidade de vida e nas relações de trabalho dos docentes? Será que é possível discutir a qualidade de vida desses profissionais sem avaliar as históricas condições de trabalho no dia a dia? Esses questionamentos são os pontos de partida para a reflexão que se segue.

Com as mudanças, alteraram, também, as características do mercado de trabalho docente. Observa-se, ao mesmo tempo, uma desvalorização da figura do professor e uma exigência maior na atualização profissional, mas dependendo do seu salário. As condições de trabalho constituem um dos fatores principais do mal-estar docente. Tais condições afetam a saúde física e mental dos professores, levando-os ao absenteísmo e, às vezes, ao abandono da profissão (ZARAGOZA, 1999).

As más condições de trabalho, a escassez de materiais e equipamentos, a falta de qualificação do quadro técnico pedagógico, o aumento das cobranças pedagógicas e avaliativas, a falta de espaço apropriado para a reflexão da prática docente, a tripla jornada de

trabalho, a falta de reconhecimento social, o esgotamento físico e mental, a violência verbal, física e moral, vêm contribuindo para o quadro de “mal-estar docente”, representado por desânimo e desinteresse pela profissão, que caracteriza os sintomas de *burnout*, diferenciando-se do estresse (OLIVEIRA, 2006). Embora não seja um fenômeno novo, tem-se manifestado mais na última década. O estresse pode conduzir também à ansiedade e à depressão, portanto, pode ser definido como um esgotamento pessoal. Já a Síndrome de *burnout* afeta, sobretudo, os setores encarregados de “cuidar”, nos quais há muito “contato social dentro do trabalho”. Literalmente, a tradução seria “perder o fogo”, “perder a energia”, ou seja, é uma situação na qual o trabalho perde o sentido, caracterizando um quadro de exaustão emotiva e pouco envolvimento na atividade docente, é a fase final de um processo, que representa a resposta ao estresse crônico no trabalho.

Para Delcor et al. (2004), estes diferentes estudos demonstram que os estressores não provocam respostas idênticas em todas as pessoas, ou seja, “a nocividade dos fatores que causam estresse dependerá das possibilidades de adaptação às novas circunstâncias ou da capacidade para resolver conflitos”.

Educação, saúde e trabalho fundamentam a construção e o desenvolvimento de uma sociedade e de uma nação, enfatizados, geralmente, nas propostas e discursos de políticos, mas nem sempre respeitada e cumprida. Os estudos sobre o trabalho e a saúde docente no Brasil foram incrementados ao longo da década de 90. Embora novos, já revelam um aumento na ocorrência de estresse e da síndrome da desistência (*burnout*) entre os docentes, associados ou não a outras patologias.

As condições de trabalho dos docentes brasileiros, a exemplo do docente norte-americano e europeu são consideradas precárias e têm sido apontadas, nas pesquisas atuais, como geradoras de adoecimento físico e psicológico. A reversão da situação de saúde depende da elucidação dos fatos: depende de se saber, com clareza, em que condições, trabalham os docentes (DOMINGUES, 1997; ZARAGOZA, 1999).

Os desgastes físico e emocional a que os docentes são diariamente submetidos para executar suas atividades pode estar relacionado ao estresse, bem como aos casos de depressões, transtornos de ansiedade, fobias, distúrbios psicossomáticos e a síndrome da desistência (*burnout*), em consequência de diversos fatores ligados à atividade, como: carga

horária excessiva, baixa autoestima, distúrbios do sono, formação acadêmica e continuada ineficaz, mudanças no campo de atuação profissional, pouca valorização profissional, além da negligência nas condições de trabalho, que tendem a comprometer a capacidade física e psicológica dos professores (BARONA, 1991; CARLOTTO; GOBBI, 1999; BENEVIDES-PEREIRA, 2002).

No Brasil, a década de 80 foi marcada pelos estudos sobre as Lesões por Esforços Repetitivos (LER). Na década de 90, os registros e as estatísticas apontaram como um dos principais motivos de afastamento do trabalho, estando entre os cinco principais motivos de aposentadoria precoce (KNOPLICH, 1989; GONZAGA, 2000). Nos dias atuais, quando tais lesões não são tratadas como LER, e, sim, como DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), observa-se o crescimento, tanto em número de casos, quanto em número de categorias profissionais atingidas.

Segundo a psicodinâmica do trabalho, o profissional, ao buscar no trabalho a fonte de prazer e realização, e encontrar sofrimento e desgaste, entrará em conflito, pois, no contexto, a organização é a vontade do outro que se impõe sobre si. Segundo Dejours e Abdoucheli (1994), “na medida em que as pessoas internalizam suas expectativas, confrontando-as com uma realidade discrepante, surge o conflito que incide negativamente no seu equilíbrio emocional”. No trabalho do docente, a exigência de responsabilidade deve ser compensada pelo reconhecimento. Se este não percebe o reconhecimento de seu trabalho, a responsabilidade exigida passa a ser percebida como uma sobrecarga geralmente experimentada como um conflito, que repercute negativamente na sua saúde. Tal concepção visa pensar a saúde como uma questão coletiva, entendendo-a como um objeto complexo, marcado por uma construção cultural, histórica, social, irreduzível a questões exclusivamente anatômicas, funcionais, bioquímicas ou imunológicas. Portanto, remuneração, condições de trabalho e reconhecimento constituem-se como elementos fundamentais para a discussão da saúde. Os dados sobre afastamento da atividade docente não autorizam estabelecer associações diretas desses problemas com o trabalho desenvolvido, contudo, os fatores referentes ao ambiente e as condições de trabalho podem ser considerados como fatores de risco, com potencial para causar dano físico ou mental ao trabalhador.

A classe docente é a categoria profissional considerada com o maior risco de desenvolvimento de distúrbios vocais e apresenta maior prevalência de queixas vocais específicas quando comparada outras categorias. O uso inadequado da voz é um fator que

contribui para os problemas relatados, como: doenças do sistema respiratório (dor na garganta, rouquidão e disfonia), bem como do sistema locomotor (dor nas pernas, braços e costas), e outras (bursite, rinite, tendinite e sinusite etc.), observando-se ausência de preparação do mesmo para o uso adequado da voz e da postura. De acordo com Roy et al. (2003), “Pelo menos um em cada três professores refere que dar aula produz efeito vocal adverso, muitos reduziram as suas atividades laborais em razão de problema na voz”.

Em relação ao absenteísmo, investigados por Altoé (2010), “53,3% dos docentes afirmaram ter faltado ao trabalho no ano de 2008; dos quais, 36,7% faltaram de 1 a 3 dias por doença pessoal e apenas 10% faltaram entre 10 e 15 dias. Apenas 27,3% dos docentes afirmaram nunca ter faltado ao trabalho, mesmo considerando-se que um já tinha 19 anos e os outros 21 anos de serviço. Quanto ao presenteísmo, 76,6% dos docentes afirmaram que, nos últimos três anos, foram trabalhar algumas vezes com problemas de saúde, 13,3% disseram que, com frequência, vão trabalhar com problemas de saúde; e apenas 10% afirmaram nunca terem ido trabalhar com algum problema. Os problemas pessoais, familiares ou de saúde referidos afetaram o desempenho em sala: pouco para 48,2%; mais ou menos para 41,3% e muito para 10,3% dos professores. Além disso, 75% dos docentes também, afirmaram que a interferência dos pais pode afetar e, apenas, 25% afirmaram nunca afetar.”

De fato, o trabalho docente requer habilidades intelectuais, mas não está isento de habilidades físicas. A realização das atividades, intra ou extraclasse exige dos docentes condições físicas e psicológicas, visto que o mesmo fica sentado ou em pé por tempo prolongado, o que pode gerar gasto energético, alterações fisiológicas e físicas.

Segundo Lima e Lima-Filho (2009), os problemas associados à saúde física, à saúde mental e às doenças relacionadas ao trabalho, respectivamente, mais citados pelos entrevistados, estão associados à sobrecarga ocupacional (Tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1 – Distribuição de frequência e percentual das queixas relacionadas à saúde física. N, número de participantes, (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Queixa	Dor nas Costas	Dor nas pernas	Dor nos braços	Rinite	Alergia Respiratória	Alergia dermatológica
Nº	186	181	183	180	184	181
Percentual (%)	55,9	38,8	32,2	21,1	21,2	12,7

Tabela 2 – Distribuição de frequência e percentual das queixas relacionadas à saúde mental, (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Queixa	Nº de participantes	Percentual (%)
Cansaço mental	185	55,1
Estresse	185	52,4
Ansiedade	184	42,9
Esquecimento	184	42,9
Frustração	185	37,8
Nervosismo	181	31,1
Angústia	184	29,3
Insônia	182	29,1
Depressão	185	16,8

Tabela 3 – Percentual das doenças relacionadas ao trabalho. N = 39 participantes (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Doenças	Percentual (%)
LER	21,3
Tendinite	17,9
Estresse	10,3
Dor nas costas	10,3
Depressão	7,7
Gramelona nas cordas vocais	5,1
Alergia	5,1
Problema oftalmológico	5,1
Outros	15,4
TOTAL	100,0

Sobre a violência nas escolas, observa-se que as características culturais dos alunos e o contexto onde a escola está inserida podem ter uma influência significativa no interior escolar. Segundo Campos e Guimarães (2007) “A violência, enquanto fenômeno social complexo suscita representações que deve ser compreendida a partir das condutas e práticas humanas”, pois de acordo com estes autores, cada grupo tem suas formas de representações, ou seja, seus

costumes, condutas, que é denominado de práticas sociais, eles especificam que a “a violência deve ser compreendida sempre como um fenômeno social.”

Segundo a pesquisa desenvolvida pela Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), vinculada na reportagem do Jornal Hoje, dos 684 professores entrevistados, 70% sabem da existência de tráfico de drogas nas escolas e 67% dos professores sabem que seus alunos usam drogas. Além disto, outros 46% ficaram sabendo de casos envolvendo armas dentro das escolas (G1 GLOBO, 2008).

Assunção (2008) realizou uma pesquisa com 1980 professores de Belo Horizonte, identificando que 23% fazem uso de medicamento para depressão ou ansiedade, 11% para alterações do sono e observou-se que trabalhar em dois turnos pode estar associado aos transtornos mentais. Os resultados mostraram que os professores que presenciaram um ou mais de um episódio de agressão praticado na escola por alunos, pais de alunos, professores ou funcionários e mais de um episódio praticado por pessoas externas à escola têm mais chance de apresentarem transtorno mental quando comparadas àquelas que nunca vivenciaram episódios de agressão no ambiente escolar.

Os docentes pesquisados citam como fatores de agravamento do problema a quase inexistência de projetos de formação continuada que os capacitem para enfrentar a “nova” demanda educacional; o elevado número de alunos por turmas; a infraestrutura física inadequada; a falta de trabalhos pedagógicos em equipe; o desinteresse da família em acompanhar a trajetória escolar de seus filhos; a indisciplina cada vez maior; a desvalorização profissional, a falta de apoio dos sistemas de ensino para o tratamento de doenças e os baixos salários, situações que fogem de seu controle. Sentimentos de desilusão, de desencantamento com a profissão foram frequentemente relatados, evidenciando a vulnerabilidade da profissão. Tal paradoxo atinge sobremaneira o educador, na medida em que ele vive uma situação desproporcional entre as exigências que lhe são imputadas num mundo em transformação e o reconhecimento e as recompensas sociais recebidas.

A desvalorização do trabalho docente, expressos genericamente pela percepção de desrespeito por parte dos alunos (e até mesmo da sociedade), as condições salariais (que não condizem com a importância e a responsabilidade social deste trabalho), a necessidade de ampliação da jornada de trabalho para recompor salário, os aumentos expressivos de alunos em salas de aula, além da luta permanente por manter-se no emprego, são fatores que têm

contribuído para a perda de qualidade da saúde dos professores. Esta intensificação do trabalho desencadeadora da insatisfação no trabalho reduz a qualidade da educação.

Segundo o estudo de Lima e Lima-Filho (2009), as opções de lazer mais praticadas entre os professores de sua amostra são: cinema, reuniões com os amigos, teatro, esporte, pescaria e viagens. Relaciona-se diretamente a ocupação docente, a redução do lazer e da vida social e familiar. O lazer é um dos aspectos estruturantes da saúde mental e interfere no processo saúde-doença do ser humano (CEBALLOS et al., 2011).

Quando um docente se ausenta da atividade, os alunos passam a ter diferentes educadores. Partindo do princípio de que o professor, para conseguir despertar o interesse dos alunos e encaminhá-los para a busca do conhecimento, tem que partir do cotidiano do estudante e conhecer a realidade em que eles vivem, as mudanças dificultam a construção de vínculos, a assimilação do conhecimento, além de gerar despesas extras para o sistema de ensino.

O maior número de falta de professores é observado no final do primeiro e do segundo semestres letivos. Zaragoza (1999) afirma que este fato se dá pelo cansaço, desgaste emocional e físico por parte dos professores; a aproximação do fim do ano letivo aumenta gradativamente seu nível de esgotamento, que muitas vezes pode ser sentido pelos alunos, uma vez que este desgaste reflete de forma significativa na aplicação dos conteúdos e aprendizagem dos estudantes.

Convém lembrar que, no campo da saúde e trabalho, o modelo predominante de educação é aquele segundo o qual as doenças são entendidas como consequência do comportamento individual. Grosso modo, o profissional é visto como culpado por adoecer. Nesse enfoque, as condições concretas de trabalho não recebem os devidos cuidados. Estudos demonstram a insuficiência dessa vertente, levando à busca de outras abordagens, a fim de que se possam levantar pontos para a discussão em torno de uma nova práxis da educação para a saúde no trabalho (ARAÚJO, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises da realidade docente são realizadas em situações adversas a que os professores estão expostos no próprio trabalho e têm como ponto de partida o crescente

contingente sob tratamento médico e portadores de laudos médicos que justifiquem seu afastamento da sala de aula, situação que é registrada nas secretarias de ensino que gerenciam os contratos de trabalho dos professores de escolas públicas. Essa perspectiva também se ampara nas dimensões das análises de perfis profissionais e condições de trabalho desenvolvidas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Assim, se o docente almeja sobreviver do trabalho e também tê-lo como fonte de prazer e realizações, ele deve administrar sua própria saúde e buscar aliados para iniciar um movimento que leve a construção de espaços mais saudáveis no contexto do trabalho docente, pois há a clara percepção de abandono pelos sistemas de ensino dos programas de prevenção e tratamento de doenças diagnosticadas em consequência das condições de trabalho.

Conclui-se que, a partir do atual cenário social, torna-se necessário rever as condições de trabalho, buscando ações educativas para a promoção da saúde e prevenção de doenças, com a melhoria na formação dos professores, no ambiente de trabalho, no plano de cargo e carreira, bem como na remuneração e promoção de programas de prevenção, tratamento e monitoramento de licenças médicas com o objetivo de minimizar o afastamento precoce dos docentes da sala da aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOÉ, A. **Políticas institucionais e seus desdobramentos sobre o trabalho docente: absenteísmo e presenteísmo**. 2010. 138f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

ASSUNÇÃO, A. A. Saúde e mal-estar do(a) trabalhador(a) docente. In: **VII SEMINÁRIO RED ESTRADO – NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA BUENOS AIRES**, 3, 4 y 5 de Julio de 2008, Buenos Aires, Argentina.

ARAÚJO, E. G. S. A educação para a saúde dos trabalhadores no contexto da acumulação flexível: novos desafios. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 251-270, 2004.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. 282p.

BARONA, E. G. Estúdio preliminar al Síndrome de Burnout. **Revista Ciência Psicológica**, n. 3, p.63–76, 1991.

CARLOTTO, M. S.; GOBBI, M. D. Síndrome de Burnout: Um problema do indivíduo ou do seu contexto de trabalho? **Revista Aletheia**, n. 10, p. 103–114, 1999.

CAMPOS, P. H. F.; GUIMARÃES, S. P. Norma social violenta: um estudo da representação social da violência em adolescentes. **Psicologia Reflexiva Crítica**, v. 20, n. 2, p. 188-196, 2007.

CEBALLOS, A. G. C.; CARVALHO, F. M.; ARAUJO, T. M.; REIS, E. J. F. B. Avaliação perceptivo-auditiva e fatores associados à alteração vocal em professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n. 2, p. 285-95, 2011.

DELCOR, N.S.; ARAÚJO, T.M.; REIS, E.J.F.B.; PORTO, L.A.; CARVALHO, F.M.; OLIVEIRA E SILVA, M.; BARBALHO, L.; ANDRADE, J.M. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino em Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.20, n.1, p.187-196, 2004.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C.; BETIOL, M.I.S. (Coord.). **Psicodinâmica do trabalho. Contribuições da Escola Dejouriana à análise da Relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.

DOMINGUES, D. A. **Impactos do trabalho na saúde de docentes**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 1997. 194 p.

FACCHINI, L. A. Uma contribuição da epidemiologia: o modelo de determinação social aplicado à saúde do trabalhador. In: BUSCHINELLI, J. T. P. (Org.). **Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1994. 672p.

FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. 223p.

GONZAGA, P. **Perícia médica da Previdência Social**. São Paulo: LTr, 2000. 336p.

G1 GLOBO. Jornal Hoje. **Agressão em sala de aula**. Professores relatam episódios de violência e vandalismo dentro das escolas, e o JH investiga as causas e soluções para a violência escolar. Edição 25 fev. 2008.

KNOPLICH, J. **Enfermidades da coluna vertebral**. São Paulo: Ibrasa, 1989. 468p.

LANDINI, S. R. **Professor, trabalho e saúde**: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador – professor. **Colloquium Humanarum**, v.4, n.1, p.08-21, 2007.

LIMA, M. F. E. M.; LIMA FILHO, D. O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciência Cognitiva**, v. 14, n. 3, p. 62-82 2009.

OLIVEIRA, E. S. G. O “mal-estar docente” como fenômeno da modernidade: os professores no país das maravilhas. **Ciência Cognitiva**, v.7, p. 27-41, 2006. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ROY, N. WEINRICH, B.; GRAY, S. D.; TANNER, K. STEMPLER, J. C.; SAPIENZA, C. M. Three treatments for teachers with voice disorders: a randomized clinical trial. **Journal of Speech, Language and Hearing Research**, v. 46, n. 3, p. 670-688, 2003.

ZARAGOZA, J.M.E. **O mal estar docente: a-sala-de-aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999. 175p.